

Minuta de

LICENÇA PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REBOQUE A EMBARCAÇÕES E NAVIOS NO PORTO DE SINES

---000-&-000---

A APS - Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S. A., Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos, adiante designada abreviadamente por “APS”, criada pelo Decreto-Lei n.º 337/98, de 3 de novembro, redenominada pelo Decreto-Lei n.º 44/2014, de 20 de março, com o capital social de 80 milhões de Euros, pessoa coletiva n.º 501 208 950, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Sines, com sede na Rua do Porto Industrial, 7520-953 em Sines, representada pelo Sr. Presidente do Conselho de Administração, Dr. João Paulo Farinha Franco, e pelo Sr. Administrador do mesmo Conselho, Eng. Eduardo Carvalho Ramos Bandeira, confere pelo presente título, nos termos da alínea b), do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 337/98, do Decreto-Lei n.º 75/2001 e por deliberação do Conselho de Administração de xx de xxxxxxxx de xxxx, a presente licença para o exercício da atividade de prestação de serviços de reboque a embarcações e navios no Porto de Sines, a favor da empresa xxxx, pessoa coletiva n.º xxxxxxxx, com capital social de € xx.xxx,xx, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de xxxx, com sede na xxxxxx, xxxx-xxx xxxxx adiante designada por “licenciada”, nos termos das cláusulas seguintes:

1ª

Objeto do Licenciamento

1. A APS, investida de poderes públicos, como entidade licenciadora, confere à licenciada o direito de exercer a atividade de prestação de serviços de reboque a embarcações e navios no porto de Sines que não carreguem, descarreguem ou transportem mercadorias perigosas a granel.
2. Entende-se por serviço de reboque as operações de assistência a uma embarcação ou navio, para auxílio nas manobras de movimentação na área portuária, com ou sem utilização de cabos de reboque.

2ª

Regime de Licenciamento

1. A licenciada obriga-se a garantir, de acordo com as condições comerciais que praticar, a prestação de serviços de reboque a embarcações e navios surtos no porto, mediante solicitação destes, excetuando-se os que carreguem, descarreguem ou transportem mercadorias perigosas a granel.
2. As condições da presente licença aplicam-se a todos os serviços

englobados no número anterior que forem prestados pela licenciada no porto, independentemente da eventual utilização de meios que não estejam afetos à licença.

3. A licenciada poderá prestar outros serviços, dentro ou fora da área de jurisdição portuária, em regime de livre acesso, desde que daí não resulte prejuízo para a qualidade, segurança e celeridade da prestação dos serviços referidos no número 1.

3ª

Regime de Exploração

1. A atividade licenciada desenvolver-se-á e reger-se-á, quanto à forma e às modalidades de execução que a integram, de acordo com o regulamento de exploração que faz parte integrante do presente título, como **Anexo I**, e em cumprimento do Regulamento de Exploração, Ambiente e Segurança do Porto de Sines e demais normas e procedimentos em vigor no porto.

2. O regulamento de exploração da atividade deverá ser facultado a todos os potenciais utentes, sendo divulgado pela APS no seu sítio na Internet.

3. Na prestação dos serviços e nas relações com os utentes, a licenciada obriga-se a cumprir as regras técnicas em vigor nas leis, regulamentos e convenções internacionais que vinculem o Estado Português.

4. As relações entre a entidade licenciadora e a licenciada pautam-se, em tudo o que não estiver especialmente regulado na presente licença, pelas regras legais e pelos princípios gerais de direito.

4ª

Equipamentos

1. As unidades afetas à atividade licenciada são as constantes na lista de meios em **Anexo II**, obrigando-se a licenciada a dispor dos meios necessários para realizar as operações de acordo com o definido no Regulamento de Exploração, Ambiente e Segurança do Porto de Sines e Normas complementares.

2. A utilização de unidades não afetas à licença depende de prévia autorização da APS.

3. As unidades referidas nos números anteriores deverão dispor de todos os documentos e autorizações que lhe permitam o exercício da atividade no Porto de Sines, em conformidade com a legislação portuguesa e comunitária aplicável.

4. A licenciada obriga-se a manter certificados de classe válidos durante o período da licença, assim como certificados que atestem a força de tração cuja emissão não tenha ocorrido, em cada momento, há mais de 5 anos.

5. A licenciada poderá alterar a composição da frota constante do Anexo II.

6. A alteração referida no número anterior carece de autorização da APS, para verificar o cumprimento das seguintes condições:

- a) Que a mesma tenha em vista melhorar a eficiência em termos operacionais e económicos ou suprir alguma falta ou avaria de um equipamento;
- b) Que seja sempre garantida a continuidade e segurança dos serviços requisitados.

5ª

Prazo

1. A licença é válida por um ano, com início em x de xxxx de xxxx.
2. A licença pode ser renovada por iguais períodos, por decisão da APS, a pedido da licenciada.
3. O pedido de renovação referido no número anterior deverá ser formulado por escrito até noventa (90) dias antes do final de cada ano de licenciamento.

6ª

Modificação

1. A presente licença pode ser modificada:
 - a) Por mútuo acordo entre a APS e a licenciada;
 - b) Unilateralmente pela APS quando tal seja imposto por razões de interesse público, nos termos dos números seguintes.
2. A APS pode modificar unilateralmente os termos e obrigações da licença quando razões de interesse público o impuserem, entendendo-se como tal a ocorrência de eventos imprevisíveis e irresistíveis, exteriores à licença e independentes da vontade ou atuação da APS, ainda que indiretos, que comprovadamente determinem que o cumprimento da licença produza um impacto direto negativo sobre o Porto de Sines.
3. A modificação unilateral prevista no número 2 deve ser exercida na medida estritamente necessária para corrigir a produção de impactos negativos no porto de Sines.
4. A licenciada pode renunciar à licença se a modificação unilateral prevista nos números anteriores comportar um prejuízo irremediável para o exercício da atividade licenciada.

7ª

Extinção

A licença extingue-se:

- a) Pelo decurso do prazo nos termos da cláusula 5.ª;
- b) Por mútuo acordo;
- c) Por revogação, nos termos da cláusula seguinte;
- d) Por renúncia da licenciada, desde que fundamentadamente o faça com um pré-aviso de noventa (90) dias, não havendo lugar ao ressarcimento das taxas já devidas.

8ª

Revogação da licença

1. A APS pode dar por findo o licenciamento, por revogação, quando tenha ocorrido qualquer dos seguintes factos:

- a) Desvio do objeto do presente licenciamento;
- b) Interrupção injustificada da prestação dos serviços que lhe sejam requisitados por facto imputável à licenciada;
- c) Reiterada má qualidade dos serviços prestados;
- d) Oposição repetida ao exercício da fiscalização ou, ainda, a inobservância dos termos da presente licença, quando se mostrem ineficazes as demais sanções nela previstas;
- e) Cobranças de taxas com valor superior às constantes no tarifário em vigor e aprovado pela APS;
- f) Falência da licenciada, salvo se a APS autorizar que os credores comuns assumam os direitos e obrigações decorrentes do licenciamento;
- g) Violação grave da legislação aplicável à atividade objeto de licenciamento.

2. Não constitui causa de revogação pela APS o incumprimento pela licenciada de prestações ou deveres a que esteja obrigada, quando derivado de casos de força maior como tal reconhecido nos termos da Cláusula 16ª.

3. Quando as faltas da licenciada forem meramente culposas e suscetíveis de correção, a licença não será revogada se forem integralmente cumpridos os deveres violados, ou reparados integralmente os danos por ela provocados, dentro do prazo fixado pela APS ou por quem tutele os interesses lesados pela conduta ilícita da licenciada.

4. A revogação só poderá ser determinada após prévia audiência, por escrito, da licenciada, produzindo imediatamente efeitos, logo que comunicada por escrito, independentemente de qualquer outra formalidade e implica a perda da caução prestada a favor da licenciadora por conta dos danos decorrentes dos factos que fundamentaram a revogação, sem prejuízo do direito desta a indemnização de montante superior.

9ª

Direitos e deveres da licenciada

1. A licenciada, para o exercício da atividade, tem direito a aceder, em igualdade de condições com as demais entidades licenciadas, aos espaços portuários disponíveis que sejam indispensáveis ao exercício pleno da sua atividade e a solicitar a adoção de medidas da competência da autoridade portuária, necessárias para garantir o gozo pleno dos direitos resultantes da presente licença;

2. A licenciada obriga-se a desenvolver a sua atividade de forma regular e contínua, nos termos da presente licença, devendo, nomeadamente:

- a) Assegurar a prestação dos serviços referidos na cláusula 2ª, operando com a maior segurança e eficiência, segundo técnicas atualizadas, de forma a garantir serviços de qualidade;
 - b) Assegurar que os serviços requisitados sejam prestados ininterruptamente todos os dias do ano a qualquer hora, devendo manter pelo menos um rebocador em estado de prontidão imediata;
 - c) Dispor de meios materiais e humanos adequados à boa prestação dos serviços, dotados de todos os certificados exigíveis pela legislação em vigor;
 - d) Manter as suas embarcações e respetivos equipamentos em corretas condições de operacionalidade e cumprir as regras e normas de higiene, segurança e saúde no trabalho;
 - e) Organizar os serviços, na parte que lhe respeite, de forma a não fundamentar reclamações dos utentes;
 - f) Pagar pontualmente as taxas relativas à presente licença;
 - g) Não utilizar as instalações portuárias para fins diversos dos previstos na presente licença;
 - h) Cumprir todas as disposições previstas na lei para o exercício da atividade objeto de licenciamento;
 - i) Utilizar colaboradores com formação no âmbito do Código ISPS;
 - j) Participar nas ações reais de combate à poluição marítima e a incêndios, nos termos e condições previstas nos planos de emergência que envolvam meios disponíveis no porto de Sines, suportando a APS os custos com as ações;
 - k) Cooperar no estabelecimento de medidas administrativas e técnicas, prestando informações respeitantes às operações realizadas ou a realizar, tendentes à melhoria da qualidade do serviço a prestar, à otimização dos custos e à transparência de preços;
 - l) Fornecer à APS, trimestralmente, informações estatísticas relativas à atividade desenvolvida;
 - m) Manter a ligação ao sistema informático da APS, nomeadamente à aplicação informática de gestão portuária, em utilização pela comunidade portuária, recebendo e introduzindo os dados, em devido tempo, referentes aos serviços que efetua;
 - n) Facultar o acesso às suas instalações, bem como a facilitar as ações de fiscalização que a APS entenda efetuar, designadamente à sua organização, aos seus registos contabilísticos e documentais, exclusivamente no que respeita à atividade licenciada, bem como às unidades afetas a esta atividade;
 - o) Comunicar à APS todas as alterações que se verifiquem nos seus estatutos, pacto social, administração, gerência ou direção e nos demais elementos que serviram de pressupostos ao respetivo licenciamento.
3. O desenvolvimento da atividade de forma regular e contínua, nomeadamente nos termos previstos na alínea b) do número anterior, realiza-se

dentro dos limites de capacidade dos meios afetos à licença pela licenciada, não se considerando esse dever incumprido pela existência de faltas ou atrasos de resposta a solicitações de utentes em virtude de os meios da licenciada se encontrarem já em plena utilização ou de se encontrarem temporariamente indisponíveis por motivo de avaria, aguardando reparação ou substituição nos termos da cláusula 4.^a.

10^a

Uso de serviços pelos utentes

1. A licenciada obriga-se a prestar os serviços a todos os que o solicitem e estejam autorizados pela APS, salvo se o mesmo cliente, ou seu representante, injustificadamente não tiver pago serviços anteriormente prestados e não assegure o pagamento dos solicitados e desde que a APS autorize previamente a recusa da prestação.
2. Se a APS não autorizar a recusa da prestação de serviço, nos termos do número anterior, será a mesma responsável pelo pagamento dos serviços respetivos à licenciada.

11^a

Testes, treinos e exercícios

1. A APS pode exigir a realização de testes extraordinários à força de tração de unidades afetas à atividade licenciada após avaria grave nos sistemas de propulsão ou acidente das respetivas unidades.
2. A APS pode ainda determinar à licenciada que participe em testes ou exercícios de combate à poluição marítima e a incêndios organizados por si, suportando a licenciada os respetivos custos com os mesmos.
3. A convocação pela APS para a participação em testes, treinos e exercícios deve ter em atenção a disponibilidade da licenciada fruto da sua atividade comercial, de modo a não originar um incumprimento de serviço para com os seus clientes.

12^a

Fiscalização

A atividade que integra o objeto do licenciamento, a realizar na área sob jurisdição da entidade licenciadora, está sujeita a fiscalização por esta, sem prejuízo das competências específicas atribuídas a outros serviços do Estado com jurisdição na área.

13^a

Responsabilidade da licenciada

1. A licenciada responde perante a APS, utentes e terceiros pelos danos que causar culposamente a pessoas e bens no exercício da atividade licenciada, em consequência quer da violação de lei ou dos regulamentos em vigor no porto de Sines, quer das cláusulas da presente licença.
2. Excluem-se os danos ocorridos por caso fortuito ou de força maior.

14ª

Seguros

1. A licenciada obriga-se a constituir uma carteira de seguros que cubra os riscos de danos próprios resultantes de roubo, incêndio, raio e explosão, bem como a responsabilidade civil por danos causados a terceiros, considerando-se como tal, designadamente, a APS e os seus servidores, em consequência de qualquer acidente ocorrido ou causado pelo exercício da atividade licenciada ou por pessoas e bens ao seu serviço.
2. O valor mínimo do capital a subscrever relativamente à apólice de responsabilidade civil é de € 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil euros) - **Anexo III**.

15ª

Caução

Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 75/2001, de 27 de Fevereiro, para garantia do cumprimento das obrigações assumidas com o licenciamento, a licenciada prestará uma caução a favor da autoridade portuária, no montante correspondente a 1/12 do volume de negócios - **Anexo IV**.

16ª

Força maior

1. Consideram-se casos de força maior os eventos imprevisíveis e irresistíveis, exteriores à licenciada e independentes da sua vontade ou atuação, ainda que indiretos, que comprovadamente impeçam o cumprimento das suas obrigações e que tenham um impacto direto negativo sobre a atividade licenciada.
2. A ocorrência de um caso de força maior tem por efeito exonerar a licenciada de responsabilidades pelo não cumprimento pontual das obrigações emergentes da licença, na estrita medida em que o seu cumprimento tenha sido impedido em virtude da referida ocorrência.
3. Quando a licenciada fique impossibilitada de cumprir uma obrigação em consequência de caso de força maior deverá dar imediato conhecimento desse facto à APS, mediante comunicação escrita, na qual especificará as obrigações não cumpridas e a causa desse incumprimento, sob pena de não ficar exonerada do cumprimento de tais obrigações.
4. Verificando-se um caso de força maior e cumprido o disposto no número anterior, a licenciada fica exonerada do cumprimento das obrigações comunicadas, a partir da data da ocorrência do facto de força maior e durante o tempo em que subsistir a causa de força maior e aquele que se mostrar adequado à sanção das respetivas consequências.
5. Se o caso de força maior corresponder a um risco coberto pelo seguro ou pela caução referidos nas cláusulas anteriores, a licenciada não fica exonerada do cumprimento das obrigações na medida em que aquele

cumprimento seja possível em virtude do recebimento de indemnização, nos termos da apólice de seguro ou da caução relativa ao risco em causa.

6. Ficam excluídos da previsão do número anterior os casos de força maior relativos a guerra, hostilidades, invasão, tumultos, rebelião, terrorismo, explosão nuclear e contaminação radioativa ou química, ainda que correspondam a riscos seguros.

7. Constitui estrita obrigação da licenciada a mitigação, por qualquer meio razoável e apropriado ao seu dispor, dos efeitos da verificação de um caso de força maior.

17ª

Transmissão de direitos e responsabilidades da licenciada

1. A licenciada não poderá, sem prévio consentimento da APS, transmitir ou por qualquer forma ceder os direitos conferidos pela presente licença.
2. A prestação do serviço por terceiros, devidamente autorizada, estará subordinada ao regime geral desta licença, sendo a licenciada responsável pelas faltas cometidas por estes na prestação dos serviços licenciados.
3. No caso de fusão da sociedade licenciada, da sua absorção por outra sociedade ou ainda da sua reestruturação no mesmo grupo societário, serão transmitidos para esta os direitos e as obrigações decorrentes desta licença, mediante prévio consentimento da entidade licenciadora.

18ª

Regime de trabalho

1. Os trabalhadores utilizados na exploração dos serviços pertencerão aos quadros da licenciada ou serão por ela recrutados e deverão possuir habilitações e formação comprovadas e adequadas à realização das operações compreendidas no âmbito da licença.
2. O regime de trabalho a adotar pela licenciada e o número de trabalhadores serão os que melhor se adaptarem às necessidades dos serviços objeto da licença, deles devendo ser dado conhecimento à licenciadora.

19ª

Regime de tarifário

1. As tarifas máximas a cobrar pela licenciada, pela prestação de serviços, serão as aprovadas pela APS e que constam do **Anexo V**.
2. O regime de tarifário é estruturado em pacotes, por classes de GT, tipo de navio e tipo de manobra, não dependente do período em que os serviços são efetuados (noite, sábados, domingos, feriados, etc.). O tarifário é complementado com tarifas máximas a tempo, em função da força de tração, para a prestação de serviços a tempo, à ordem e outras operações/serviços.
3. As tarifas serão atualizadas em 1 de Janeiro de cada ano, de acordo com a variação média dos últimos 12 meses, por referência a outubro do

ano anterior, do índice de preços no consumidor (IPC) do continente, sem habitação, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

4. A licenciada pode ainda requerer a revisão do tarifário, tendo em vista garantir a eficiência da operação em termos operacionais e económicos, mediante proposta fundamentada e apresentada atempadamente de modo a permitir a sua aprovação pela APS e aplicação no início do ano civil subsequente.

5. Para efeitos de verificação pontual e por amostragem do cumprimento dos limites que são impostos através das tarifas máximas aprovadas, deverá a licenciada enviar anualmente, até 31 de Janeiro, elementos que permitam à APS efetuar essa verificação, sob uma das seguintes formas:

- a) Listagem onde constem os dados referentes a cada uma das Pastas de Escala (n.º da escala, nome do navio e valor total faturado em cada uma das Pastas de Escala);
- b) Cópia de faturas reais emitidas pela licenciada, previamente selecionadas pela APS;
- c) Declarações emitidas por todos os seus clientes nas quais estes confirmem que a licenciada não aplica tarifas superiores às que constam do tarifário aprovado pela APS.

6. O tarifário deverá ser facultado a todos os potenciais utentes, sendo divulgado pela APS no seu sítio na Internet.

20ª

Taxas devidas pela licenciada

1. Pela licença para o exercício da atividade, a licenciada pagará:

- a) Uma taxa anual fixa no valor de €60.000,00 (sessenta mil euros);
- b) O preço de todos os serviços ou fornecimentos que lhe sejam prestados pela APS ou por outras entidades autorizadas, de acordo com os Regulamentos de Tarifas em vigor.

2. A taxa anual referida em 1.a) será liquidada numa só prestação no primeiro dia de cada ano de licenciamento.

3. As taxas referidas em 1.b) serão faturadas por fornecimento ou prestação de serviço, ou conforme acordo estabelecido entre a licenciada e a entidade prestadora do serviço, e serão revistas de acordo com os tarifários respetivos, da APS ou por esta aprovados.

4. O valor da taxa referida em 1.a) corresponde ao valor a aplicar no primeiro ano de licenciamento; este valor será atualizado no primeiro dia de cada ano de licenciamento subsequente pela aplicação da variação média dos últimos 12 meses, referenciada a outubro do ano anterior, do IPC do continente, sem habitação, publicado pelo INE.

5. As unidades afetas à licença estão isentas de quaisquer taxas portuárias devidas pelo estacionamento ou pela utilização de locais de acostagem e das instalações portuárias postas à sua disposição pela APS.

21ª

Incumprimento e sanções

1. A falta de pagamento pela licenciada das taxas relativas à presente licença, na data de vencimento, determina a aplicação de juros de mora à taxa legal em vigor.
2. O incumprimento das normas constantes dos regulamentos de exploração e de ambiente e segurança da APS faz incorrer a licenciada nas sanções neles previstas.
3. Pelo incumprimento de obrigações assumidas no âmbito da licença, quando não lhe corresponda sanção mais grave, a licenciada será punida com multa cujo mínimo é de € 500 (quinhentos euros) e o máximo de € 25.000 (vinte e cinco mil euros).
4. A aplicação de multas previstas nesta Cláusula está sujeita à audiência prévia da licenciada, a exercer no prazo de 20 dias úteis.
5. Não há lugar à aplicação de multas sempre que, em sede de audiência prévia, a licenciada demonstre que as causas do incumprimento são de força maior, conforme previsto na cláusula 16.^a, ou não lhe são imputáveis nos termos dos números 3 e 4 da cláusula 8.^a.

22ª

Deferimento tácito

Salvo disposição expressa em contrário, sempre que nos termos da presente licença existir uma obrigação de comunicação ou de requerimento, a falta de resposta no prazo de trinta (30) dias confere à outra parte a faculdade de presumir deferida a sua pretensão.

23ª

Foro competente

1. A presente licença rege-se pela lei portuguesa e os conflitos emergentes da sua utilização serão submetidos ao Tribunal Administrativo territorial e hierarquicamente competente.
2. Sem prejuízo do disposto no número 1, a APS e a licenciada procurarão resolver todos os diferendos por acordo, ou poderão estabelecer compromissos arbitrais.

Sines, xx de xxxxxx de xxxx.

**Pel' O Conselho de Administração da
APS – Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A.**

João Paulo Farinha Franco
Presidente

Eduardo Carvalho Ramos Bandeira
Administrador

ANEXOS À LICENÇA PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REBOQUE A EMBARCAÇÕES E NAVIOS NO PORTO DE SINES

Anexo I

Regulamento de Exploração – Serviços de Reboque no Porto de Sines

Anexo II

Lista de meios humanos e materiais afetos à atividade licenciada e respectivas características

Anexo III

Cópias das Apólices de Seguro

Anexo IV

Cópia da Garantia Bancária

Anexo V

Proposta de Tarifário